



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

E.M.

Nº. /2015-GAB/SEPLAG

Brasília, de maio de 2015.

Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias, para o exercício financeiro de 2016”, em cumprimento ao disposto nos artigos 149, §3º, 150, §2º, e 168 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Estabelece a Constituição de 1988, em seu art. 165, bem como a Lei Orgânica do Distrito Federal, art. 149, que a Lei de Diretrizes Orçamentárias tem por objetivo definir normas orientadoras para a elaboração dos orçamentos e de sua execução, bem como fixar as metas e prioridades da administração, as metas e projeções fiscais para o exercício a que se refere e para os dois subsequentes, desdobradas em receita e despesa, resultados primário e nominal e estoque da dívida pública consolidada e líquida.

A Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF) determina que a Lei de Diretrizes Orçamentárias disporá sobre: equilíbrio entre receitas e despesas, critérios e forma de limitação de empenho, normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos, demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

Além disso, trata de importantes orientações, que se refletirão nos aspectos orçamentários, financeiros, contábeis e patrimoniais, especificamente relacionados a limites e pagamento de pessoal e encargos sociais, serviço da dívida pública, limitação de empenho e movimentação financeira; na política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento; nas alterações da legislação tributária; e na descrição de possíveis riscos fiscais, que possam afetar, as contas públicas do Governo do Distrito Federal, no exercício de 2016 e seguintes.

Esta é uma iniciativa para o estabelecimento de estratégias e metas, visando a excelência da ação governamental de longo prazo e atender os anseios da sociedade, assim como racionalizar processo dentro da administração pública do Distrito Federal.

O Mapa Estratégico do governo estabelece os objetivos desta gestão para os próximos quatro anos. Tal Mapa Estratégico foi resultado de intenso trabalho de secretários

e dirigentes dos mais diversos órgãos e será considerado durante a construção do próximo Plano Plurianual — instrumento de planejamento orçamentário das ações do governo.

O Mapa indica o caminho para se chegar a três objetivos principais: aumentar a qualidade de vida e reduzir as desigualdades sociais, conquistar a confiança da população no Estado e tornar Brasília modelo de cidade sustentável.

Nesse sentido, e atendendo ao princípio da transparência, detalhado no art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 5 de maio de 2000, com as alterações supervenientes, esta Secretaria de Estado promoveu a realização de audiência pública com o objetivo de apresentar para a sociedade o processo de elaboração do Orçamento de 2016.

Na oportunidade, foi apresentado o Mapa Estratégico e delineado o cronograma de todo o processo, em 2015, de forma a permitir que a população do Distrito Federal possa contribuir, na medida do possível, na definição da aplicação dos recursos públicos, por meio de gestões no âmbito do Poder Executivo e do Poder Legislativo.

Os procedimentos técnicos, legais e operacionais relativamente à matéria de finanças públicas estão integrados ao presente instrumento de planejamento por força de ditames constantes da Constituição Federal, da Lei de Responsabilidade Fiscal, do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal e das demais normas legais, além de adequações às decisões do Tribunal de Contas do Distrito Federal, com o objetivo de buscar uma maior interação entre os instrumentos de planejamento e orçamento, cujas diretrizes encontram-se incorporadas no presente Projeto de Lei.

Para fim de apuração das metas fiscais constantes da LDO, somente foram considerados os orçamentos fiscal e da seguridade social, na forma do art. 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Portanto, as programações relativas a investimentos das Empresas Estatais não dependentes de recursos do Tesouro para sua manutenção e funcionamento, não fazem parte do rol de valores e metas constantes desta Lei.

Na apuração das despesas a serem assumidas pelo Tesouro do Distrito Federal foram levadas em conta as projeções para os gastos das áreas de segurança pública, saúde e educação, custeadas com recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF, na forma da Lei nº 10.633/2002.

Para o exercício de 2016 ficou mantida a decisão de que os recursos da União destinados para a educação e saúde serão repassados e contabilizados no sistema próprio do Governo do Distrito Federal.

O valor a ser repassado será atualizado pela variação da RCL da União, verificada no período de julho do exercício anterior a junho deste exercício. Projeções apontam para uma expectativa de retração de 4,3% negativa em relação aos valores aprovados no Orçamento Geral da União para o exercício de 2015.

A atualização do valor do FCDF com base em variação negativa da RCL não é prevista. O entendimento técnico é de que, neste caso, o valor a ser considerado deve ser o mesmo do último ano imediatamente anterior.

Isso significa que o FCDF não repassará qualquer acréscimo em relação ao montante fixado para 2015. Por essa razão, é prudente absoluta cautela na condução de novas despesas de caráter continuado.

Diante desse quadro, a despesa com recursos do Fundo Constitucional deverá ter a seguinte distribuição: Pessoal da Segurança Pública: R\$ 5,775 bilhões; da educação e saúde, R\$ 5,466 bilhões; e para o custeio e capital da Segurança R\$ 1,157 bilhão. Ressalte-se que estas últimas somam-se às receitas correntes do Distrito Federal, na apuração da Receita Corrente Líquida.

Quanto à receita própria do Distrito Federal, projeções da arrecadação tributária elaboradas pela Secretaria de Estado de Fazenda, adicionadas às receitas fornecidas pelas unidades orçamentárias, totalizam R\$ 29,98 bilhões, o que representa, em média, 66,5% do total dos recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social. A este montante são acrescidos dos valores transferidos pelo Fundo Constitucional, relativamente a área de Segurança Pública, da ordem de R\$ 6,932 (para pessoal e manutenção).

Para o estabelecimento da despesa de pessoal para o exercício de 2016, levou-se em conta a apuração da folha de pagamento, ajustada com base no mês de março de 2015, atualizadas pelo crescimento vegetativo de 3,5% ao ano para o Executivo e 2,5% para o Legislativo, acrescida das previsões para despesas com terceirização de mão de obra, indenizações trabalhistas, sentenças judiciais, exercícios anteriores e ressarcimentos pela requisição de servidores. A despesa de pessoal e encargos sociais monta R\$ 20,413 bilhões.

Neste elenco estão incluídas as despesas autorizadas a sofrerem acréscimos (constantes do Anexo IV), relacionadas a melhorias salariais e nomeações decorrentes de concursos públicos.

Cabe esclarecer que o atual governo procurou apresentar números realistas em relação ao total das despesas de pessoal para o próximo exercício, razão pela qual os patamares dos números que se apresentam estão influenciados pela variação negativa da RCL da União, considerando as variáveis de receita e despesas envolvidas no cálculo.

A despesa de pessoal a ser custeada com recursos do Tesouro local leva em conta o montante relativo à despesa das áreas de Educação e Saúde não suportada pelo Fundo Constitucional.

Buscou-se também reduzir as previsões de contratação de servidores, apresentadas pela Secretaria de Gestão Administrativa e Desburocratização, inicialmente em patamares próximos a R\$ 800 milhões para cerca de R\$ 200 milhões.

Paralelo a isso, foram definidas as despesas com juros, encargos e amortização da dívida pública e com a concessão de empréstimos e financiamentos, informados pela Secretaria de Fazenda, para fins de apuração do resultado primário.

O valor destinado à Reserva de Contingência, na Lei Orçamentária Anual de 2016, à razão de 1% da Receita Corrente Líquida – RCL do período, deverá atingir a casa dos R\$ 207,81 milhões.

Para as despesas de manutenção e funcionamento da administração pública, estão previstas em R\$ 5,8 bilhões, apontando para redução em relação ao ano anterior, podendo esse número ser melhorado por força de algumas medidas que ainda estão em curso, como por exemplo, a questão dos aluguéis, redução da estrutura administrativa e revisões sistemáticas dos orçamentos dos órgãos e entidades do Poder Executivo.

Já os investimentos serão mantidos na mesma trajetória de execução, dada, sobretudo a necessidade de melhoria do sistema viário, em face do grande volume de veículos que transitam no Distrito Federal. Assim, para o exercício de 2016, essas despesas estão estimadas em R\$ 1,4 bilhão.

Medidas de redução dos gastos públicos, em especial para o custeio, também foram adotadas pelo atual governo com reflexos positivos nas finanças do Estado. Assim, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016 apresenta substanciais melhorias e avanços, contemplando, dentre outros aspectos, o seguinte:

- a) Readequação e racionalização da sua estrutura, objetivando a agilidade e exequibilidade das decisões de governo;
- b) Reprogramação orçamentária das Secretarias de Estado com vistas à redução de gastos e controle dos mesmos pela Câmara de Governança-DF em conjunto com os titulares dos Órgãos;
- c) Inclusão de sugestões advindas da sociedade, consideradas procedentes, tecnicamente, fruto da participação popular por meio de audiência pública presencial e virtual.

Diante dessas considerações, e levando em conta esse importante instrumento de planejamento, que dá início efetivo ao processo de elaboração da proposta orçamentária do Governo do Distrito Federal para o exercício de 2016, necessário se faz a entrega do anexo Projeto de Lei à Câmara Legislativa do Distrito Federal, de forma a cumprir o prazo estabelecido no art. 150, § 2º, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Respeitosamente,

LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS
Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão